



////////////////////////////////////

RELATÓRIO DE GESTÃO

//////////////////////////////////// 2022 //////////////////////////////////////

**APENAS INCLUÍ O CAPÍTULO RESPEITANTE AO
RELATÓRIO DE ATIVIDADES**



III. ATIVIDADE INSTITUCIONAL

3.1. VISÃO ESTRATÉGICA CENTRAL

As “Opções do Plano 2022-2026 e Orçamento Municipal 2022” basearam-se na estratégia de desenvolvimento local prosseguida pelo Município, apostando na implementação de medidas com vista a elevar o emprego e potenciar o desenvolvimento do Concelho, aprofundar a democracia, incrementar a justiça social e promover o desenvolvimento sustentável, com especial enfoque no planeamento, ecologia e ambiente.

Para o efeito, foi definida a seguinte visão estratégica central: **“Borba faz bem!”**.

3.2. LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO (LED’S)

A prossecução da visão estratégica central, essencial para assegurar o sucesso no processo de desenvolvimento económico, social e territorial do Concelho, foi assegurada pela concretização das seguintes quatro linhas estratégicas de desenvolvimento:

3.2.1. Emprego e desenvolvimento, que assumiu como finalidades principais a implementação de medidas geradoras de emprego, a realização e dinamização de projetos que potenciem o desenvolvimento do Concelho, individualmente e através de parcerias e a concretização de uma política global nas áreas do património, do turismo, da educação, da cultura e do desporto.

3.2.2. Aprofundar a democracia, que assumiu como finalidades principais a valorização da cidadania e a participação de todos os grupos e faixas etárias na vida da comunidade, a promoção da cooperação com as freguesias e a articulação com as associações e coletividades do Concelho.

3.2.3. Justiça social, que assumiu como finalidades principais a promoção da justiça social, com o apoio aos mais carenciados, a promoção do bem-estar e a valorização de políticas de inclusão social, enquanto forma de atenuar as desigualdades entre as pessoas.

3.2.4. Planeamento, ecologia e ambiente, que assumiu como finalidades principais a criação de instrumentos de planeamento e de ordenamento do território e a articulação de medidas com as concessionárias de abastecimento de água, saneamento e tratamento de resíduos, de forma a procurar dar resolução aos maiores problemas ambientais que assolam o Concelho e de forma a gerar poupanças que permitam definir e aplicar preços, taxas e tarifas socialmente responsáveis e geradoras de ganhos de eficiência, através da implementação de boas práticas ambientais.

Em termos de execução física, em todas as linhas estratégicas de desenvolvimento, se tornou imperativo iniciar alguns projetos no ano de 2022, enquanto outros foram equacionados para virem a ser desenvolvidos ao longo de um horizonte temporal mais lato, permitindo aproveitar as oportunidades de cofinanciamento apresentadas pelo Portugal 2020¹⁶, garantindo o respeito pela LCPA¹⁷ e demais legislação aplicável.

16 Acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos 5 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEDER, Fundo de Coesão, FSE, FEADER e FEAMP), no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020.

17 Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, aprovada pela Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, alterado pela Lei n.º 64/2012, de 20 de dezembro, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho.

3.2.1. LED 1: “EMPREGO E DESENVOLVIMENTO”

O Município assumiu o propósito estratégico de implementar de medidas geradoras de emprego e dinamizar projetos que potenciem o desenvolvimento do Concelho. Este desígnio estratégico convergiu para três dimensões fundamentais:

- 3.2.1.1 Implementação de medidas geradoras de emprego;
- 3.2.1.2 Realização e dinamização de projetos que potenciem o desenvolvimento do Concelho, individualmente, e através de parcerias;
- 3.2.1.3 Concretização de uma política global nas áreas do património, do turismo, da educação, da cultura e do desporto.

Para efeitos de demonstração da execução desta linha estratégica de desenvolvimento foram desenvolvidos um conjunto de projetos e ações, de acordo com a sua dimensão estratégica, dos quais podemos destacar:

3.2.1.1. IMPLEMENTAÇÃO DE MEDIDAS GERADORAS DE EMPREGO

3.2.1.1.1. INVESTIR NOS RECURSOS HUMANOS

Para que esta linha estratégica de desenvolvimento seja exequível é essencial que o Município reconheça que, por si só, não é possível implementar a mesma, sendo necessário encetar medidas, em parceria, com outras entidades, na procura de soluções junto das entidades que mais competência, experiência e condições de apoio detém para a mesma.

Ainda assim, em 2022, procuraram-se soluções para o emprego no Concelho, e apesar da margem existente para a contratação de pessoal não ter sido a mais favorável, uma vez que as “Despesas com pessoal” representaram cerca de 48% das “Despesas totais” executadas no ano.

Efetivamente, esta opção representou um custo expressivo, que se entende assumir como investimento no desenvolvimento do Concelho, uma vez que as despesas com pessoal, no orçamento de 2022 se inscreveram em mais de 4,2 milhões de euros, tendo ao longo do ano sido corrigidas para mais de 4,4 milhões de euros, com uma taxa de execução de cerca de 100%.

Importa referir que as despesas com pessoal têm ao longo dos últimos 5 anos assumido montantes consideráveis, nomeadamente, 3,28; 3,67; 3,66; 3,90 e 4,38 milhões de euros, em 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022, respetivamente, demonstrando-se assim o investimento que o Município assumiu, por si só, com vista à promoção e implementação de medidas geradoras de emprego no Concelho.

Importa, acrescentar que algumas destas despesas apresentam contrapartidas financeiras, nomeadamente, as relacionadas com pessoal descentralizado em matéria de Educação, Saúde e Ação Social, bem, como com emprego apoiado, com contratos emprego-inserção e com pessoal afeto a projetos cofinanciados. Assim, em 2022, o Município executou cerca de 4,4 milhões de EUR em “Despesas com pessoal”, dos 4,2 milhões de EUR previstos em orçamento inicial, conforme mapa seguinte.

Mapa 2 - Investimento nos Recursos Humanos - 2022

Projeto			Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano / T / N.º	Econ.	Inicial	Corrigido	Executado	
Despesas com Pessoal	-	01	4 210 400 €	4 426 496 €	4 386 063 €	99%

3.2.1.2. REALIZAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE PROJETOS QUE POTENCIEM O DESENVOLVIMENTO

3.2.1.2.1. VIVEIRO DE EMPRESAS

Submeteu o Município, em março de 2019, uma candidatura¹⁸, ao POR Alentejo¹⁹ 2020, no Eixo Prioritário de Emprego e Valorização Económica do Recurso Endógeno, inserida no Plano Estratégico dos Pactos para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, com investimento estimado no montante de 100.158 EUR, com cofinanciamento FEDER de 85%, com vista à criação, em Borba, de um Viveiro de Empresas.

Pretende-se com este investimento criar uma estrutura de apoio e incentivo aos novos empreendedores no arranque das suas empresas, disponibilizando locais para escritório/sede e equipamentos relacionados com a logística da empresa (telefone, fax, internet, fotocopiadora e apoio administrativo).

O projeto tem objetivos de desenvolvimento económico concelhio, apoio aos jovens, e às empresas, procurando dar resposta à necessidade de promoção do empreendedorismo e da iniciativa.

O Viveiro de empresas, que contará com espaço de *Cowork*²⁰, constitui-se assim, como um equipamento de apoio a novas empresas, proporcionando-lhes condições técnicas facilitadoras da sua instalação no Concelho, com o objetivo de modernizar, diversificar e ampliar o tecido empresarial, proporcionando a criação de postos de trabalho estáveis e qualificados.

Com este Viveiros espaço físico empresas/entidades. A implementação do espaço de Empresas pretende-se agregar no mesmo pretende-se no Mercado Municipal, procurando assim dotar também este equipamento de novas valências.

O espaço contará com aproximadamente 250 m², situados numa zona central da cidade com fácil acesso e estacionamento. Existirão 5 gabinetes individuais, uma sala de formação/reuniões e um espaço comum de acesso.

Os gabinetes terão entre 15 e 22 m², completamente equipados e dotados de infraestruturas básicas, como telefone VoIP²¹, acesso internet por fibra e servidor de rede comum. A sala de reuniões/formação terá espaço para reuniões para 12 pessoas e possibilidade de formação para 15 pessoas.

Ao longo do ano de 2022 foi reanalisada a operação, com vista a atualizar as suas características, de acordo com as novas condições de mercado, tendo-se optado por alterar os valores, de acordo com as novas estimativas. No final do ano, o procedimento de contratação pública da empreitada encontrava-se em fase de adjudicação, tendo o mesmo apenas ocorrido em 2023, pelo que em 2022, não chegou a ser executada qualquer despesa, conforme mapa seguinte.

Mapa 3 - Viveiro de Empresas - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Viveiro de Empresas	2019	I	11	100 158 €	148 940 €		0%

¹⁸ Candidatura n.º ALT20-05-3827-FEDER-000295: Viveiro de Empresas - Município de Borba.

¹⁹ Programa Operacional Regional do Alentejo - ALENTEJO 2020.

²⁰ Voice over Internet Protocol.

²¹ Modelo de trabalho que se baseia no compartilhamento de espaço e recursos de escritório, reunindo pessoas que trabalham não necessariamente para a mesma entidade ou na mesma área de atuação.

3.2.1.2.2. VALORIZAÇÃO DA REDE VIÁRIA

A rede viária no Concelho apresenta, em alguns pontos, um mau estado de conservação, necessitando de elevado investimento para o seu melhoramento.

Atendendo às disponibilidades existentes, o investimento na melhoria dos mesmos tem sido faseado, de modo a ser possível proceder à sua reparação e requalificação.

O investimento previsto, nesta área, para o ano de 2022, assumiu, em sede previsional, no orçamento inicial, um montante bastante pequeno, na ordem dos 27.500 EUR, apenas destinado a fazer face a pequenos investimentos mais urgentes.

Apesar de não se ter verificado grande margem de manobra para efetuar investimento substanciais nesta área, ainda foi possível ao longo do ano incrementar ligeiramente o investimento face ao inicialmente previsto, essencialmente, na valorização de estradas e arruamento, que assumiu inicialmente o montante de 17.500 EUR e executou despesa em montante superior a 42.500 EUR.

Assim, em 2022, na “Valorização da rede viária”, foi realizado investimento em montante próximo dos 48.200 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 4 - Valorização da rede viária - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Valorização de Estradas e Arruamentos	2018	I	39	17 500 €	42 600 €	42 505 €	100%
Sinalização	2018	I	37	5 000 €	4 600 €	3 850 €	84%
Caminhos Rurais - Reconstrução	2018	I	38	5 000 €	2 150 €	1 834 €	85%
Total				27 500 €	49 350 €	48 189 €	98%

3.2.1.2.3. BENEFICIAÇÃO DOS ESTALEIROS MUNICIPAIS

Os Estaleiros Municipais desempenham um papel fundamental na ação do Município, pelo que as condições proporcionadas pelos mesmos são essenciais para o adequado e eficiente funcionamento dos serviços municipais.

A beneficiação dos Estaleiros Municipais é uma antiga necessidade da Autarquia, para modernização dos serviços municipais.

Em 2020, procederam-se a algumas melhorias nos estaleiros municipais, relacionadas essencialmente com a colocação de uma nova cobertura em zona que anteriormente foi alvo de estragos por condições atmosféricas adversas.

Os Estaleiros Municipais têm que fazer face a um conjunto alargado de necessidades, relacionados com a capacidade e condições para acomodação de equipamentos, viaturas e serviços de armazém, controlo de produção, carpintaria, eletricidade, cantaria, oficina mecânica, refeitório, gabinete médico.

Por outro lado, não devem ser descuradas as condições de segurança, conforto e operacionalidade que os mesmos devem oferecer, de modo a constituírem-se como um recurso operacional eficiente para o pleno exercício de competências que o Município detém.

Acresce referir que foi, pela Câmara Municipal, em 03/11/2021, deliberado proceder à venda do imóvel onde atualmente funcionam os Estaleiros Municipais, constando do contrato a obrigação de o espaço ser libertado no prazo de 18 meses, o que implica a utilização de outras instalações para o efeito.

Sobre a referida deliberação, a Assembleia Municipal, recomendou em 03/11/2021, à Câmara Municipal, que procedesse à avaliação do imóvel para o fim pretendido (com o objetivo de esclarecer o conflito de competência), para que em função do valor obtido os órgãos pudessem rever as suas deliberações, que se procedesse a uma profunda, ampla e diversificada avaliação do custo-benefício da transação onde se demonstrasse fundamentadamente que as questões suscitadas se encontravam devidamente avaliadas e que viesse a ser tomada futura deliberação sobre a matéria em função dos resultados obtidos da avaliação e do parecer.

Assim, no orçamento de 2022 não foi inscrito qualquer montante para fazer face a qualquer investimento futuro em Estaleiros Municipais, de modo a aguardar pelo esclarecimento do assunto entre os órgãos municipais.

Para o efeito, no orçamento municipal de 2022 foi apenas previsto um projeto em PPI, para investimentos de pequeno montante que não fossem possíveis de adiar nos atuais Estaleiros para garantir a continuidade do funcionamento dos serviços.

Do montante inicial inscrito de 5.000 EUR, nos “Estaleiros Municipais”, foi realizado investimento em montante residual inferior a 600 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 5 - Beneficiação dos Estaleiros Municipais - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Estaleiros Municipais	2018	I	3	5 000 €	600 €	559 €	93%

3.2.1.2.4. VALORIZAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE DE FEIRAS

De forma a dotar o Concelho de um suporte físico efetivo à expressão e desenvolvimento das atividades económicas de base local e regional, deverá o Município procurar encontrar soluções com vista à valorização e requalificação do Parque de Feiras, uma vez que a forma como o mesmo se encontra dificulta bastante a realização de iniciativas, não dignificando em nada a imagem das mesmas.

O Parque de Feiras localiza-se na Área de Intervenção Norte, situada a norte do centro urbano atual, compreendido entre a EN 4, o troço urbano da EN 255 (continuação da Avenida D. Dinis de Melo e Castro) e o limite do perímetro urbano estabelecido pelo Plano Diretor Municipal.

Os programas definidos para esta zona, dando sequência às orientações constantes no Plano de Urbanização de Borba, têm por objetivo o estabelecimento de um novo local estratégico no contexto urbano centrado no Parque de Feiras.

Esta praça, com 410 metros de comprimento e 62 metros de largura, organiza, por seu lado, a estrutura urbana envolvente rematando as morfologias de ocupação edificada já existentes, estabelecendo as expansões e conexões da rede viária e os meios físicos favoráveis à implantação de novos equipamentos.

Este espaço beneficia de excelentes acessibilidades, quer ao centro da cidade, através da Avenida D. Dinis de Melo e Castro e, por toda a zona da Cerca, com a intervenção projetada para a denominada Área de Intervenção Norte, quer para o exterior, com ligação direta ao eixo viário regional EN 4, e consequente articulação, geograficamente próxima, com a A6, através do nó de ligação de Borba, e a Variante à EN 255.

Apesar de se terem procurado encontrar financiamentos que permitam intervir no espaço, apenas foi possível, em 2022, proceder à valorização de equipamentos de montante menos oneroso, tendo sido realizado investimento em montante na ordem dos 2.340 EUR, dos 15.000 EUR inicialmente previstos, conforme mapa seguinte.

Mapa 6 - Valorização e requalificação do Parque de Feiras - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Pavilhão Multiusos	2020	I	11				
Valorização de equipamentos de mercados e feiras	2018	I	47	15 000 €	2 340 €	2 306 €	99%
Requalificação do Parque de Feiras	2018	I	48				
Total				15 000 €	2 340 €	2 306 €	99%

3.2.1.3. POLÍTICA GLOBAL NO PATRIMÓNIO, TURISMO, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

3.2.1.3.1. AQUISIÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE IMÓVEIS

A existência de uma política global no património implica que o Município, enquanto organismo público, mantenha uma gestão adequada do seu parque habitacional.

Tal gestão implica a manutenção constante, através de intervenções de melhoria e beneficiação, de forma a evitar a degradação de imóveis, que sem manutenção impedem o uso adequado para as funções que devem desempenhar.

Efetivamente as verbas adstritas, nos constantes orçamentos aprovados, revelam-se parcas, para as necessidades existentes, mas apesar de o mesmo ser assumido, deve o Município manter o seu empenho em alocar todas as verbas possíveis para a gestão do mesmo.

Por outro lado, tem o Município em execução contratos que assumem encargos com doações de património, nomeadamente o Palacete Alvarez, e aos quais deve fazer face, para efeitos de cumprimento contratual.

Assim, nos documentos previsionais, foram inscritos montantes para fazer face às despesas previstas naquela data, em valor na ordem dos 30.540 EUR.

Ao longo do ano, e de acordo com as opções tomadas foram executadas despesas em montante próximo de 29.500 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 7 - Aquisição e beneficiação de imóveis - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Aquisição e beneficiação de imóveis	2018	I	1	6 000 €	1 100 €	368 €	33%
Palacete Alvarez (doação com encargos)	2018	I	62	24 540 €	29 140 €	29 107 €	100%
Total				30 540 €	30 240 €	29 476 €	97%

3.2.1.3.2. EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO

As melhorias no edifício dos Paços do Concelho continuaram a ser implementadas durante o ano de 2022.

Pretende-se com este projeto continuar a recuperar e modernizar o edifício dos Paços do Concelho, dando continuidade à modernização da administração municipal.

Este projeto contribuiu para a revitalização da zona histórica da cidade, apostando na remodelação de um imóvel classificado que apresenta, de resto, um carácter eminentemente institucional.

A deslocalização de alguns serviços (biblioteca, conservatória do registo civil e predial e cartório notarial de Borba) permitiram repensar o projeto para revitalização e modernização do edifício, mantendo a sua traça original e atribuindo-lhe novas funcionalidades, mais adequadas às necessidades atuais.

São exemplo destas novas intervenções o Balcão Único (2010), o Bar de apoio (2011), o Posto de Turismo (2015), o Lagar Museu (2015), o Espaço do Serviço de Educação, Desporto e Juventude (2016) e o Espaço do Serviço de Investimento e Desenvolvimento (2016).

No ano de 2022 foi dada continuidade à requalificação das salas adjacentes ao Serviço de Investimento e Desenvolvimento, com vista à futura instalação de serviços, com execução de despesa, em montante próximo dos 3.500 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 8 - Edifício dos Paços do Concelho - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Edifício dos Paços do Concelho	2018	I	2	10 000 €	4 100 €	3 478 €	85%

3.2.1.3.3. DINAMIZAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA

O turismo tem apresentado nos últimos anos em Portugal, e em particular no Alentejo, um crescimento bastante acentuado, que se entendeu ser necessário acompanhar, de forma a aproveitar as oportunidades que permitem colocar a Região como destino de excelência.

Para o efeito, o Município deu continuidade à estratégia de aposta nos produtos endógenos, nas tradições e na cultura do Concelho.

O projeto “Área de Serviço de Autocaravanismo de Borba”, integrado em rede, apresentou desenvolvimento durante o ano, de acordo com o procedimento de empreitada adjudicado, pese embora o mesmo tenha obrigado o Município a corrigir o orçamento em alta (+133.000 EUR), atendendo à conjuntura dos preços de mercado, uma vez que o mesmo assumiu a forma de Concurso Público, prevendo-se a finalização do mesmo no ano de 2023, conforme reprogramação aprovada.

No que respeita à execução e aos desvios apresentados face às dotações iniciais aprovadas importa referir os eventos “Festa da Vinha e do Vinho”; “Queijo & Sabores”; “É Natal em Borba”; “Festas em Honra do Senhor Jesus dos Aflitos” e “Outros Eventos” com execuções bastante mais elevadas que as previstas inicialmente (+89%; +239%; +172%; +352% e +187%, respetivamente), que se traduziram num encargo financeiro superior a 233.000 EUR face ao previsto em sede de orçamento inicial aprovado.

Assim, o investimento na “Dinamização da Oferta Turística”, no ano de 2022, assumiu, no orçamento inicial, um montante próximo dos 338.110 EUR, sendo que, durante o ano, as opções tomadas permitiram a execução de mais de 562.800 EUR (+66%, i.e., +224.701 EUR), conforme mapa seguinte.

Mapa 9 - Dinamização da oferta turística - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Festa da Vinha e do Vinho	2018	A	31	100 000 €	191 819 €	189 092 €	99%
Festa da Vinha e do Vinho	2018	I	49	2 132 €	132 €		
Ervas & Companhia	2018	A	32	10 000 €	10 615 €	10 516 €	99%
Queijo & Sabores	2018	A	33	10 000 €	33 923 €	33 860 €	100%
É Natal em Borba	2018	A	35	18 000 €	49 736 €	48 968 €	98%
Festas em Honra do Senhor Jesus dos Aflitos	2018	A	34	20 000 €	90 573 €	90 406 €	100%
Outros Eventos	2018	A	39	10 000 €	30 450 €	28 708 €	94%
Posto de Turismo	2018	I	51	1 000 €	50 €		
Promoção tradicional de vinho de talha	2018	I	54	500 €	500 €		
Área de Serviço de Autocaravanismo de Borba	2018	I	53	154 478 €	267 500 €	153 940 €	58%
Criação de Centro de Cycling	2018	I	50	500 €	1 500 €	1 416 €	94%
Estudo p/Terminal de Mercadorias "Évora-Elvas"	2019	I	7	5 000 €	3 800 €		
Recuperação da Ermida de S. Miguel	2020	I	4	100 €	100 €		
Casa Museu Interativa de Borba 3M's	2021	A	7	5 900 €	5 904 €	5 904 €	100%
AlStones	2019	I	8	250 €	250 €		
Stone Cast	2022	I	21	250 €	250 €		
Total				338 110 €	687 102 €	562 811 €	82%

3.2.1.3.4. MELHORIA DA QUALIFICAÇÃO E DA EDUCAÇÃO

A celebração do contrato de execução para delegação de competências da Educação, em 16/09/2008, bem como as novas competências descentralizadas por força da legislação em vigor levou o Município a assumir uma nova dimensão no paradigma educativo, no que concerne à gestão de equipamentos e do pessoal não docente dos estabelecimentos escolares.

No entanto, as ações do Município, em matéria de qualificação e educação não se restringem ao cumprimento daquele contrato e da referida legislação, mas também à gestão das cantinas escolares, ao funcionamento da Oficina da Criança e à reabilitação e valorização dos equipamentos escolares.

A relevância, em particular do 1.º ciclo do ensino básico, no percurso educativo das crianças, tem incentivado o Município, pelos sucessos alcançados em anos letivos anteriores, a continuar a proporcionar a estes alunos, atividades de enriquecimento curricular personalizadas e diversificadas.

A “Academia de Líderes UBUNTU - Escolas do Alentejo” é um projeto cofinanciado, promovido pelo Instituto Padre António Vieira (IPAV). Trata-se de uma intervenção que visa responder ao problema social de falta de propósito e sentido de pertença dos jovens, que tantas vezes os leva ao insucesso, absentismo e abandono escolar. No projeto o Município assume os custos decorrentes da contrapartida pública nacional, ou seja, os custos não comparticipados, de modo a garantir o desenvolvimento do projeto no Concelho.

As variações ocorridas nos projetos “Competências Descentralizadas MEC”, “Cantinas Escolares”, “Oficina da Criança”, “Atividades de Enriquecimento Curricular” e “Educação - Custos Comuns” estão de acordo com as necessidades ocorridas, atendendo às competências descentralizadas, à variação ocorrida nos preços de mercado dos bens alimentares, de energia e outros.

O Município efetuou ainda alguns investimentos pontuais na “Reabilitação e valorização de equipamentos escolares”, em montante próximo dos 20.000 EUR.

Assim, o investimento em 2022, na “Melhoria da qualificação e da educação” assumiu em orçamento inicial 660.100 EUR, sendo que durante o ano, as opções tomadas, permitiram a execução de 816.145 EUR, traduzindo-se num aumento de 26% face ao previsto inicialmente (+156.045 EUR), conforme mapa seguinte.

Mapa 10 - Melhoria da qualificação e da educação - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Reabilitação e valorização de equip. escolares	2018	I	10	2 500 €	19 200 €	18 020 €	94%
Modernização dos recursos TIC nos Jardins de Infância da Orada e Rio de Moinhos	2020	I	3	1 500 €	500 €		
Competências Descentralizadas do MEC	2018	A	9	486 150 €	583 986 €	579 617 €	99%
Cantinas Escolares	2018	A	12	74 500 €	100 294 €	96 409 €	96%
Oficina da Criança	2018	A	13	23 250 €	23 269 €	22 694 €	98%
Atividades de Enriquecimento Curricular	2018	A	8	39 000 €	40 610 €	40 553 €	100%
Educação - Custos Comuns	2018	A	42	31 400 €	57 014 €	55 612 €	98%
Academia de Líderes UBUNTU - Escolas Alentejo	2021	A	5	1 800 €	3 600 €	3 240 €	90%
Total				660 100 €	828 473 €	816 145 €	99%

3.2.1.3.5. TRANSPORTES ESCOLARES

Os municípios dispõem de um leque alargado de competências para a concretização do direito fundamental à educação que inclui assegurar o transporte às crianças e jovens entre a sua residência e os respetivos estabelecimentos de ensino para que possam, em condições de efetiva igualdade, frequentar a escolaridade obrigatória nos termos e nas condições que a lei o estabelece.

Nos termos da alínea *d)* do n.º 2 do artigo 23.º e das alíneas *gg)* e *hh)* do n.º 1 do artigo 33.º do RJAL²², são definidas as competências dos municípios ao nível da educação, designadamente no assegurar de medidas de ação social e de promoção de transporte escolar, competindo-lhes assegurar, organizar e gerir os transportes escolares.

Neste sentido, e considerando que a educação é um direito fundamental, absoluto e essencial ao desenvolvimento económico, social e cultural das comunidades locais e dos povos no quadro das sociedades globais, o acesso à educação em condições de igualdade visa a plena expansão da personalidade humana e o pleno exercício dos outros direitos e liberdades fundamentais.

Os transportes escolares são assim um instrumento indispensável à prossecução da equidade educativa que viabiliza o acesso à escola, promovendo o sucesso educativo e prevenindo o abandono escolar. De acordo com os normativos do Ministério da Educação, o transporte escolar é gratuito para os alunos do ensino básico, sendo participado para os alunos de ensino secundário ou equivalente.

Pelo exposto, o Município garante o serviço de transporte entre o local de residência e o local do estabelecimento de ensino frequentado aos alunos do ensino básico, de forma gratuita, com recurso à frota própria de transportes escolares, através de circuitos especiais criados para responder às necessidades dos alunos, em articulação com os estabelecimentos escolares e demais parceiros educativos.

No que respeita aos transportes escolares do ensino secundário ou equivalente, o serviço é garantido, sempre que possível por transporte público, e quando inexistente pelo próprio Município, assegurando-se a sua participação, de forma a criar condições para uma efetiva igualdade de oportunidades para as crianças e jovens do Concelho.

Pretendia-se, no ano de 2022, ao nível dos “Transportes Escolares”, permitir a opção de adquirir, no final do ano, um novo autocarro, em regime de locação financeira, o que não se veio a concretizar, bem como dar cumprimento aos custos decorrentes do transporte dos alunos do ensino secundário. Assim, ao longo do ano, as disponibilidades e as opções tomadas, permitiram garantir o cumprimento dos transportes escolares aos alunos do Concelho, executando + 15% do que inicialmente previsto, atendendo à evolução dos custos decorrentes do transporte dos alunos do ensino secundário, conforme mapa seguinte.

Mapa 11 - Transportes Escolares - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Viaturas de transporte escolar	2018	I	58	3 500 €	1 000 €		
Transportes escolares	2018	A	11	15 000 €	21 200 €	21 191 €	100%
Total				18 500 €	22 200 €	21 191 €	95%

²² Regime Jurídico das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

3.2.1.3.6. VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INICIATIVAS CULTURAIS

A valorização de equipamentos culturais continuou a apresentar-se como uma necessidade imperativa a que o Município teve que fazer face, mediante as suas possibilidades, atendendo aos muitos equipamentos de que dispõe que necessitam de intervenção, com vista à sua revitalização.

Só através de uma constante intervenção na valorização dos equipamentos culturais é possível garantir que os mesmos continuam a apresentar as condições adequadas ao desempenho das funções para os quais foram executados.

No entanto, tal imperativo, tem que obedecer a investimentos faseados, de modo a não comprometer outros que se assumem prioritários, pelo que em 2022 se assumiu a necessidade de intervenção imediata em pequenas intervenções na reabilitação do Cineteatro Municipal e do Palacete dos Melos.

Por outro lado, as iniciativas em parceria continuaram a apresentar-se como uma aposta do Município, procurando-se desenvolver, por coordenação da CIMAC e em parceria com os municípios do Alentejo Central, o “Fora de Cena - Programação Cultural em Rede” que apresentou execução além do previsto.

Este projeto consiste na realização de um conjunto de atividades a desenvolver no âmbito da programação cultural, dando prioridade a projetos que decorram em espaço ao ar livre e em espaços verdes que valorizem o património cultural e paisagístico, contemplando ações de descentralização.

Por outro lado, deu-se continuidade à realização de “Iniciativas culturais”, de modo a manter uma agenda regular e diversificada de iniciativas no Concelho. Este “projeto” foi aliás o maior executor desta temática, uma vez que executou +113% que o orçamento inicial aprovado (executando 63.839 EUR face aos 30.000 EUR inicialmente aprovados).

Assim, o investimento na “Valorização de Equipamentos e Iniciativas Culturais”, prevista no orçamento inicial em 111.000 EUR, executou, em 2022, o montante de 110.710 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 12 - Valorização de Equipamentos e Iniciativas Culturais - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Valorização de equipamentos culturais	2018	I	28	5 000 €	3 000 €	1 763 €	59%
Iniciativas culturais	2018	A	23	30 000 €	67 239 €	63 839 €	95%
Fora de Cena - Programação Cultural em Rede	2021	A	3	35 000 €	37 500 €	37 476 €	100%
Reabilitação do Cineteatro	2021	I	8	21 000 €	6 200 €	6 147 €	99%
Reabilitação do Palacete dos Melos	2021	I	9	20 000 €	1 900 €	1 486 €	78%
Total				111 000 €	115 839 €	110 710 €	96%

3.2.1.3.7. VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS

A valorização de equipamentos desportivos continuou a apresentar-se como uma necessidade a que o Município teve que dar resposta, atendendo aos muitos equipamentos de que dispõe e que necessitam de intervenção, com vista a permitir sua utilização pela comunidade, nas devidas condições de operacionalidade e segurança.

No entanto, tal imperativo, tem que obedecer a investimentos faseados, de modo a não comprometer outros que se assumem como mais prioritários. Em 2021 foi assumida a necessidade de intervenção imediata no Polidesportivo de Rio de Moinhos, no Parque Desportivo de Borba e em outros equipamentos diversos.

O investimento no Parque Desportivo de Borba contemplou:

- A substituição do relvado sintético do campo de futebol principal, visto o Sport Clube Borbense ter-lhe sido aprovada uma candidatura ao Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas para fazer face à referida intervenção. O custo total da intervenção assumiu um montante de 232.861,45 EUR, sendo que 43.000 EUR foram apoiados pelo IPDJ e os remanescentes 189.861,45 EUR pelo Município de Borba, através da celebração de Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo;
- A implantação de relvado sintético do campo de treinos custeada a 100% pelo Município. A referida intervenção assumiu boas práticas de sustentabilidade ambiental, através da reutilização de partes (as que se encontravam nas condições adequadas) do relvado substituído no campo principal. Assim, com a reutilização do relvado do campo principal foi possível, no campo de treinos, proceder-se ao tratamento da sub-base do pavimento e à instalação do relvado artificial e do sistema de rega.

A valorização do Polidesportivo de Rio de Moinhos contempla:

- A implantação de uma cobertura que permitiu melhorar substancialmente a utilização daquele equipamento pela população, conferindo-lhe novas valências de utilização. O investimento na cobertura assumiu um montante na ordem 175.000 EUR e foi apoiado pelo Programa Nacional de Coesão Territorial, em montante na ordem dos 50.000 EUR;
- A substituição do pavimento do Polidesportivo, visto ao Grupo Desportivo e Cultural de Rio de Moinhos ter-lhe sido aprovada uma candidatura ao Programa de Reabilitação de Instalações Desportivas para fazer face à referida intervenção. O custo total da intervenção prevê um montante de 42.204,37 EUR, sendo que o IPDJ apenas apoiará no montante máximo de 20.500 EUR.

Assim, do investimento na “Valorização de equipamentos desportivos”, previsto no orçamento inicial montante de 56.000 EUR, executou-se, em 2022, um montante ligeiramente superior aos 19.000 EUR (bastante inferior ao previsto: -66%), conforme mapa seguinte.

Mapa 13 - Valorização de equipamentos desportivos - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Valorização Polidesportivo R. Moinhos	2018	I	32	40 000 €	14 350 €	3 640 €	25%
Substituição relvado P. Desportivo	2021	I	10	6 000 €	1 000 €		
Valoriz. de Equipamentos Desportivos	2018	I	29	10 000 €	17 000 €	15 378 €	90%
Total				56 000 €	32 350 €	19 019 €	59%

3.2.2. LED 2: “APROFUNDAR A DEMOCRACIA”

O Município assumiu o propósito estratégico de aprofundar a democracia no concelho como condição fundamental para ultrapassar as dificuldades, através do recurso à participação da comunidade.

Este desígnio estratégico abrange três dimensões fundamentais:

3.2.2.1. Valorização da cidadania;

3.2.2.2. Promoção da cooperação com as freguesias;

3.2.2.3. Articulação de projetos com associações e coletividades.

Para efeitos de demonstração da execução desta linha estratégica de desenvolvimento foram desenvolvidos um conjunto de projetos e ações, de acordo com a sua dimensão estratégica, dos quais podemos destacar:

3.2.2.1. VALORIZAÇÃO DA CIDADANIA

3.2.2.1.1. DINAMIZAÇÃO DO PORTAL WEB MUNICIPAL

As novas tecnologias de informação assumem hoje um papel extremamente importante no dia-a-dia de uma comunidade. Aceder à informação, a serviços, procurar novos conhecimentos e estar em permanente contacto com o mundo, sabendo o que se passa no planeta, tornou-se de fácil acesso através da *internet*.

A adesão ao projeto “Évora Distrito Digital”, no âmbito da RCDE²³, contribuiu para o desenvolvimento de vários projetos de modernização e inovação tecnológica, nomeadamente de um novo *website*. A reestruturação efetuada permitiu a partilha de uma plataforma tecnológica única com todos os municípios do Distrito (com exceção de Estremoz, que não integra o projeto dos Portais), de forma a disponibilizar um conjunto de informações e serviços úteis ao munícipe e a quem pretende visitar-nos, assim como serviços *online*, permitindo o *download* de regulamentos e requerimentos, consulta de procedimentos gerais e outras informações relevantes, acessíveis a qualquer hora do dia.

Assim, a RCDE e as redes municipais são resultado de uma vontade e capacidade de partilha de serviços tecnológicos entre os municípios do Alentejo Central. Estas infraestruturas permitem, quer à CIMAC, quer aos municípios do Distrito, desenvolver, em rede, serviços partilhados de tecnologias de informação, permitindo novos padrões de qualidade e de serviços resultante de uma maior escala agregada e partilhada.

Em 2022, deu-se continuidade aos trabalhos de análise funcional do portal, de forma a poder dotá-lo de mais e melhores conteúdos, tendo este trabalho resultado na distinção do Município no Índice da Presença na Internet das Câmaras Municipais (IPIC) 2021, no 1.º lugar no ranking setorial “Conteúdos: Tipo e Atualização”, *ex aequo* com outros municípios. No ranking global o Município de Borba assumiu a 33.ª posição, classificando-se como o melhor do distrito de Évora e o segundo do Alentejo, apenas atrás de Odemira, que se classificou como o primeiro do país.

A despesa com a “Dinamização do Portal Web Municipal” foi assumida pelo Município, através de despesas com pessoal e de “Serviços Data Center” partilhados entre a CIMAC e os municípios, por meio de Protocolo de Serviços CTD²⁴, com uma execução anual, no Município, de 100%, no montante de 24.571 EUR.

23 Rede Comunitária do Distrito de Évora.

24 Centro de Tecnologias Digitais, cujas principais tarefas desenvolvidas passam pela operação, manutenção, gestão e apoio técnico (operação da infraestrutura de Data Center CIMAC); gestão de serviços partilhados; gestão de TI nos municípios; apoio aos gabinetes TIC municipais; suporte aos serviços e plataformas TIC CIMAC; operação da RCDE e redes locais dos municípios; integração e desenvolvimento de soluções para os municípios; conceção e implementação de projetos de TI (conceção, especificação, gestão, implementação em tecnologias, inovação e energia); parcerias nacionais e internacionais (articulação regional, otimização de financiamentos, representação institucional em TI).

3.2.2.2. PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO COM AS FREGUESIAS

3.2.2.2.1. DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E COOPERAÇÃO COM AS FREGUESIAS

A Câmara Municipal, no ano de 2022, deu continuidade à política de cooperação encetada com as freguesias, através de acordos de execução para descentralização de competências nas juntas de freguesia e de acordos de cooperação.

Através desta via, continuou a ser promovida a consolidação da autonomia financeira das Freguesias, procurando dar resposta às aspirações das populações e à resolução de problemas emergentes, dada a maior proximidade destas autarquias junto das mesmas.

No ano de 2022, o apoio às Freguesias apresentou um incremento superior a 22%, face ao ano anterior, o que traduz o respeito que o Município assumiu deter pelas mesmas, procurando garantir a existência de condições adequadas para que estas possam desenvolver com melhores condições as suas competências, enquanto órgãos do poder local de primeira linha de intervenção e proximidade junto da comunidade.

Para o efeito foram transferidas as verbas previstas nos acordos de execução e nos acordos de colaboração aprovados.

Desta forma, o investimento nos acordos de execução e/ou de colaboração com as Freguesias, no ano de 2022, assumiu, em sede de previsão nos documentos previsionais aprovados o montante inicial de 103.300 EUR.

Durante o ano de 2022, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de mais de 126.791 EUR (23% acima do montante previsto em sede de orçamento inicial aprovado, traduzindo-se num acréscimo de cerca de 23.500 EUR), conforme mapa seguinte.

Mapa 14 - Descentralização de competências e cooperação com as Freguesias - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Acordos de Execução/Cooperação com as Freguesias	2018	A	37	103 300 €	126 800 €	126 791 €	100%

3.2.2.3. ARTICULAÇÃO DE PROJETOS COM ASSOCIAÇÕES E COLETIVIDADES

3.2.2.3.1. PARCERIAS COM A CIMAC E OS MUNICÍPIOS DO ALENTEJO CENTRAL

A CIMAC é uma pessoa coletiva de direito público de natureza associativa e âmbito territorial e visa a realização de interesses comuns aos municípios que a integram (Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa).

As parcerias estabelecidas entre a CIMAC e os municípios do Alentejo Central permitem desenvolver trabalho em rede, partilhar serviços, realizar procedimentos por procura agregada (promovendo sinergias e economias de escala), articular investimentos municipais de interesse intermunicipal, participar na gestão de programas de apoio ao desenvolvimento regional (no âmbito dos fundos comunitários) e articular atuações com os serviços da Administração Central, aos mais diversos níveis.

Os municípios do Alentejo Central, com a coordenação da CIMAC, desenvolvem, desde 2004, de forma consistente, iniciativas de modernização administrativa com o objetivo de melhorar e aproximar os mesmos dos cidadãos e das empresas, promovendo assim um aumento da eficiência e da qualidade dos serviços.

Só através de um trabalho em rede, que se consubstancie na partilha de serviços, informações e promoção de sinergias é possível responder às exigências que atualmente são constantes nos municípios

O projeto Wifi@alentejocentral, no qual o Município de Borba participa é disso mesmo um bom exemplo, uma vez que abrange os 14 municípios do Alentejo Central e é promovido pela Entidade de Turismo do Alentejo, em parceria com a CIMAC, a ADRAL e visa melhorar e desenvolver as acessibilidades neste domínio, para turistas e residentes, através da implementação de acessos Wi-fi nos centros históricos e em zonas de grande afluxo, de modo a facilitar o acesso a conteúdos digitais que acrescentem valor à visitaçãõ e que permitam uma maior interação com as comunidades locais.

Desta forma, o investimento em “Parcerias com a CIMAC e os Municípios do Alentejo Central”, no ano de 2022, assumiu, no orçamento inicial, um montante na ordem dos 210.500 EUR, sendo que, durante o ano, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de um montante ligeiramente inferior a 175.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 15 - Parcerias com a CIMAC e os municípios do Alentejo Central - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
CIMAC - Quotização, ações e serviços	2018	A	40	183 800 €	170 360 €	166 424 €	98%
CIMAC - Projetos	2018	I	56	21 000 €	2 500 €	2 421 €	97%
Quotizações diversas	2018	A	38	5 780 €	5 895 €	5 894 €	100%
Total				210 580 €	178 755 €	174 739 €	98%

3.2.2.3.2. APOIO AO ASSOCIATIVISMO

A valorização da atividade das associações, coletividades, clubes e outras instituições representam uma preocupação para a Autarquia, uma vez que as atividades desenvolvidas por estas entidades são da maior importância para o Concelho.

Assim, a Autarquia deve apoiar as representações associativas em diferentes frentes, contribuindo para um maior dinamismo, alargamento e inovação das suas ações.

As diferentes associações, coletividades e clubes inscritos no Município, unindo os seus recursos técnicos, humanos e financeiros, procuram defender objetivos comuns, destinados à participação da comunidade na vida local, pelo que devem continuar a ser apoiadas, logística e financeiramente, pelo Município, no âmbito das suas competências.

Pelo exposto, a Câmara Municipal de Borba, no âmbito das suas competências continuou a adotar políticas de apoio a associações e coletividades, nomeadamente através de:

- Programa de Apoio a Associações e Coletividades (PAAC²⁵);
- Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo (PAAD²⁶);
- Apoios pontuais, destinados a projetos ou ações específicas, sempre que se verifique, existirem vantagens para o Concelho, na realização de acordos de parceria, colaboração ou cooperação.

Ao longo do ano verificou-se que o PAAC não apresentou a execução de despesa inicialmente prevista (executando apenas 67% do previsto em sede de orçamento inicial e 69% do orçamento corrigido). Por outro lado, o PAAD executou a totalidade dos montantes inicialmente previstos.

No que respeita aos apoios pontuais, verificou-se a necessidade de reforçar o orçamento inicial aprovado em mais de 25% para prestar apoios pontuais (reforço de 5.500 EUR), tendo sido executada despesa em montante superior a 26.000 EUR.

Neste sentido, o Município, no ano de 2022, no “Apoio ao Associativismo”, aprovou em sede de orçamento inicial despesa para executar no montante de 61.500 EUR.

Durante o ano de 2022, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas permitiram a execução de despesa em montante próximo dos 60.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 16 - Apoio ao Associativismo - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
PAAC	2019	A	1	20 000 €	19 600 €	13 470 €	69%
PAAD	2019	A	2	20 000 €	20 000 €	20 000 €	100%
Apoio à Atividade Desportiva, de Recreio e Lazer	2018	A	26	21 500 €	27 000 €	26 110 €	97%
Total				61 500 €	66 600 €	59 580 €	89%

25 Programa de Apoio a Associações e Coletividades - Regulamento disponível no portal web do Município em: <https://www.cm-borba.pt/wp-content/uploads/2020/07/Regulamento-de-Apoio-ao-Associativismo-Cultural-Recreativo-e-Juvenil-do-Munic%C3%ADpio-de-Borba.pdf>.

26 Programa de Apoio ao Associativismo Desportivo - Regulamento disponível no portal web do Município em: <https://www.cm-borba.pt/wp-content/uploads/2020/07/Regulamento-de-Apoio-ao-Associativismo-Desportivo-do-Munic%C3%ADpio-de-Borba.pdf>.

3.2.2.3.3. PROTEÇÃO CIVIL

A Proteção Civil Municipal define-se hoje como um elo essencial entre a segurança das populações e a forma de atuação dos diversos organismos e estruturas de apoio em situações de perigo, alerta, emergência e reposição da normalidade.

Ao longo dos últimos anos, cada vez mais o Município tem atendido à necessidade de inscrever em orçamento os montantes necessários e possíveis para garantir o bom funcionamento da mesma. Assim, em sede previsional, foi inscrita dotação para apoio emergente a entidades que integram a mesma, bem como para funcionamento e investimento nesta estrutura.

Para além da estrutura em si, em sede de orçamento, foi também prevista dotação, na sequência do Protocolo celebrado com a ANPC²⁷ e a AHBVB²⁸, com o qual o Município assumiu suportar 50% dos custos de funcionamento das EIPs²⁹, desde a criação da primeira em maio de 2019, uma vez que as mesmas são constituídas para dar resposta às ocorrências que impliquem intervenções de socorro às populações e de defesa dos seus bens, designadamente em caso de incêndio, inundações, desabamentos, abalroamentos, naufrágios, ou outras intervenções no âmbito da proteção civil.

Em sede de orçamento foi inscrita dotação para desenvolver o Plano Municipal de Emergência que carece de revisão e atendendo à evolução no desenvolvimento do mesmo, foi a referida dotação diminuída em 2022, de modo a escalonar os montantes previstos, de acordo com o calendário de trabalhos atual.

No orçamento inicial foi também previsto dar início ao investimento com a reabilitação da antiga Escola Primária (de baixo) em Posto Territorial de Borba da GNR, de acordo com o contrato Interadministrativo, aprovado em 2020, com a Secretaria-Geral da Administração Interna e a GNR, no qual o Município se assumiu como dono da obra, com despesa prevista de 973.292 EUR a ser transferida por verbas PIDDAC, No entanto, O investimento ainda não chegou a ser iniciado, estando pendente de aprovações de outras entidades, pelo que foi diminuída a referida dotação no ano, por transferência para anos seguintes.

Assim, o investimento no “Apoio à Proteção Civil”, no ano de 2022, assumiu em orçamento inicial montante superior a 550.000 EUR, sendo que durante o ano apenas foi possível executar um montante ligeiramente superior a 47.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 17 - Proteção Civil - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Proteção Civil Municipal - Despesas correntes	2020	A	3	1 000 €	2 850 €	1 685 €	59%
Proteção Civil Municipal - Despesas de capital	2020	I	13	5 000 €	4 200 €	3 581 €	85%
Equipas de Intervenção Permanente	2018	A	7	54 000 €	36 163 €	36 000 €	100%
Plano Municipal de Emergência	2021	I	1	20 000 €	8 000 €	5 843 €	73%
Posto Territorial da GNR de Borba	2021	I	3	473 292 €	2 €		
Total				553 292 €	51 215 €	47 108 €	92%

²⁷ Autoridade Nacional de Proteção Civil.

²⁸ Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Borba.

²⁹ Equipas de Intervenção Permanente, constituídas para dar resposta às ocorrências que impliquem intervenções de socorro às populações e de defesa dos seus bens, designadamente em caso de incêndio, inundações, desabamentos, abalroamentos, naufrágios, ou outras intervenções no âmbito da proteção civil.

3.2.3. LED 3: “JUSTIÇA SOCIAL”

Um Município efetivamente harmonioso e equilibrado passa, necessariamente, pelo desenvolvimento da dimensão social. Desta forma, as políticas de desenvolvimento social devem promover a coesão e a justiça social, com vista a atenuar as desigualdades entre as pessoas e combater todas as formas de pobreza e de exclusão.

Esta linha estratégica de desenvolvimento apresenta três dimensões distintas, a considerar:

2.2.3.1 Promoção da justiça social;

2.2.3.2 Promoção do bem-estar;

2.2.3.3 Valorização das políticas de inclusão social;

Para efeitos de demonstração da execução desta linha estratégica de desenvolvimento foram desenvolvidos um conjunto de projetos e ações, de acordo com a sua dimensão estratégica, dos quais podemos destacar:

3.2.3.1. PROMOÇÃO DA JUSTIÇA SOCIAL

3.2.3.1.1. PROJETOS NA ÁREA DA SAÚDE

Em 2022 manteve-se a preocupação de o Município ainda ter que fazer face a despesas no combate à ao COVID-19, pelo que foi dotado o orçamento inicial de verbas para o efeito.

Foi ainda prevista despesa, no montante de 10.000 EUR, para o programa, ao qual o Município aderiu, de apoio à aquisição de medicamentos. A verba destina-se a apoiar até 100 beneficiários, que demonstrem ser incapazes de adquirir medicamentos sujeitos a receita médica comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde, no montante máximo de 100,00 EUR, mediante protocolo aprovado pela Câmara Municipal.

Ao longo do ano o Município, por força da legislação em vigor teve que assumir a Descentralização de competências em matéria de Saúde, pelo que inscreveu um montante previsional na ordem dos 80.000 EUR para o efeito. Até final do ano, a execução apresentada justificou apenas um montante ligeiramente superior a 53.000 EUR, pese embora o mesmo possa estar relacionado com o facto de o plano em apreço não contemplar a totalidade das despesas que foram adstritas à área, por dificuldades técnicas e informáticas iniciais.

Desta forma, o investimento em “Projetos na área da Saúde”, no ano de 2022, assumiu em orçamento inicial montante de 36.570 EUR, sendo que durante o ano apenas foi executada despesa em montante inferior a 13.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 18 - Projetos na área da Saúde - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
COVID-19 - Funcionamento	2019	A	6	5 570 €	5 000 €	4 365 €	87%
COVID-19 - Investimento	2019	I	9	21 000 €	6 700 €	5 612 €	84%
Programa de Apoio à Aquisição de Medicamentos	2021	A	1	10 000 €	3 800 €	2 910 €	77%
Competências descentralizadas da Saúde	2022	A	4		80 309 €	53 056 €	66%
Total				36 570 €	95 809 €	65 944 €	69%

3.2.3.1.2. APOIO A ESTUDANTES

O Município, em 2022, prosseguiu uma política social que permitiu proceder à atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior, aprovando a atribuição de 15 bolsas de estudo, no montante de 75 EUR/mês, pelo período de 10 meses e uma bolsa de mérito escolar, no montante de 750 EUR, nos termos do regulamento em vigor.

Por outro lado, não foram esquecidos os alunos mais carenciados, pelo que se deu continuidade à atribuição de apoio, no âmbito da ação social escolar, no 1.º ciclo e ensino pré-escolar, através da comparticipação das despesas escolares dos alunos pertencentes a agregados familiares com mais baixos rendimentos.

Os objetivos da ação social escolar passam por combater a exclusão social e o abandono escolar, pretendendo promover a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino.

Para o efeito, a ação social escolar inclui medidas que passam pela comparticipação económica aos alunos destinada, quer ao fornecimento de refeições escolares, quer à aquisição de livros e material escolar, mediante o escalão atribuído a cada aluno, definido de acordo com o escalão de abono de família, tendo como referência o valor do indexante de apoios sociais.

Entendemos que esta atitude se revela de enorme responsabilidade, uma vez que surge com a prossecução de pretender garantir condições para uma efetiva igualdade de oportunidades para as crianças e os jovens que frequentam o sistema educativo.

No que respeita à execução da despesa do “Apoio socioeconómico a estudantes (Bolsas de Estudo)” durante o ano verificou-se uma correção nos valores face aos previstos em sede de orçamento inicial, no entanto o mesmo apenas ocorreu por se ter verificado um atraso nas candidaturas (na apresentação de documentação por parte dos candidatos - com origem e responsabilidade dos estabelecimentos de ensino) que originou a aprovação da lista definitiva das candidaturas apenas no início de 2023. Assim, pese embora se verifique uma correção nos valores, os mesmos foram efetivamente aplicados no apoio socioeconómico a estudantes, pese embora com algum atraso (na primeira prestação, tendo em conta o calendário escolar) face ao previsto em sede de orçamento inicial.

No que respeita à execução da despesa de “Ação Social Escolar” verificou-se uma diminuição face ao inicialmente previsto, uma vez que nesta rubrica não estão contempladas as refeições fornecidas aos alunos com escalões A e B, mas apenas os apoios à aquisição de livros de apoio e material escolar, de acordo com as despesas apresentadas pelos encarregados de educação.

Atendendo ao exposto, o investimento no “Apoio a Estudantes”, no ano de 2022, assumiu, em orçamento inicial, o montante de 17.850 EUR e durante o ano, pelos motivos antes referidos, foram executados cerca de 9.600 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 19 - Apoio a Estudantes - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Apoio socioeconómico a estudantes (Bolsas de Estudo)	2018	A	18	12 000 €	6 525 €	6 525 €	100%
Ação Social Escolar	2019	A	5	5 000 €	2 100 €	2 071 €	99%
Apoio à atividade de ação social	2018	A	14	850 €	1 200 €	971 €	81%
Total				17 850 €	9 825 €	9 567 €	97%

3.2.3.2. PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR

3.2.3.2.1. INVESTIR NOS ESPAÇOS VERDES

O sector do Mármore é de extrema importância para a economia borbense. Estende-se muito para além da extração e produção de “peças” e dos postos de trabalhos diretamente ligados a esta atividade económica desde logo, todo o património edificado com esta rocha ornamental.

O Parque Temático do Mármore reproduz todo o processo de produção do mármore, desde a extração à transformação, através de micromodelações do terreno com definições do perfil de solo, os diversos estratos geológicos a as várias alterações à paisagem que a exploração do Mármore provocou.

Através de um percurso pedestre, podem ver-se os vários tipos de serração e corte, o produto extraído e o produto final, complementado com os vários tipos de vegetação existentes na região. Assim, o Jardim Municipal de Borba, enquanto Parque Temático do Mármore é um espaço de excelência, bastante utilizado pela população e por quem visita o Concelho. Em 2022, deu-se continuidade à realização de alguns investimentos no espaço, atendendo à necessidade de colmatar algumas deficiências existentes, procurando mantê-lo como espaço de excelência no Concelho.

Por outro lado, os espaços verdes públicos são cada vez mais defendidos por sustentarem e organizarem a malha urbana, sendo promotores de uma rede distribuidora de continuidade ecológica e cultural, essencial para a sustentabilidade ambiental de qualquer Concelho, pelo que ao longo do ano se continuou a efetuar alguns investimentos em arranjos paisagísticos.

As árvores em vias públicas e noutras áreas livres de edificação são constituintes da floresta urbana e atuam sobre o conforto humano no ambiente, por meio das características naturais da vegetação arbórea, sendo que a mesma pode ainda ser entendida como um mobiliário urbano, um equipamento essencial para o bom funcionamento dos espaços livres de edificação.

Os espaços verdes urbanos são ainda uma possibilidade de contacto com a natureza e permitem um ambiente mais saudável, funcionando como “respiração” do tecido urbano, podendo ser compensadoras de outras condições menos favoráveis, favorecendo a convivência entre diversos grupos sociais, com um potencial de identificação com o património que estimula um sentimento cívico de pertença, motivo pelo qual o Município finalizou o investimento no “Espaço verde/infantil da Horta do Picadeiro”, em parceria com a Freguesia de Matriz.

Assim, o investimento nos “Espaços Verdes”, no ano de 2022, assumiu no orçamento inicial, o montante de 21.500 EUR, sendo que durante o ano foi possível executar +/- 22.650 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 20 - Investir nos Espaços Verdes - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Reabilitação do Jardim Municipal	2018	I	15	2 500 €	5 000 €	4 627 €	93%
Arranjos Paisagísticos	2018	I	14	10 000 €	14 300 €	13 521 €	95%
Espaço verde/infantil da Horta do Picadeiro	2021	I	18	9 000 €	4 600 €	4 508 €	98%
Total				21 500 €	23 900 €	22 656 €	95%

3.2.3.2.2. PROGRAMA JUVENTUDE EM MOVIMENTO

O Programa Juventude em Movimento tem como objetivo contribuir para a ocupação dos tempos extra letivos de jovens, através do desenvolvimento de atividades que promovam, em contexto de ocupação, uma experiência com a vida profissional.

O desenvolvimento do Concelho está intimamente ligado aos mais jovens e com esta iniciativa o Município contribui para a ocupação dos tempos extra letivos dos jovens, através do desenvolvimento de atividades que promovem em contexto de ocupação, uma experiência com a vida profissional e assim, fomentam o contacto com a realidade onde serão integrados/as, em áreas de interesse comunitário.

O programa prevê, preferencialmente, como áreas de interesse comunitário:

- A proteção e salvaguarda do património histórico;
- A defesa do ambiente;
- A promoção e divulgação cultural;
- As atividades desportivas;
- As ações de âmbito social.

O programa pretende também desenvolver nos jovens valores de responsabilidade, solidariedade, cidadania e de interajuda. Para o efeito, anualmente, o programa permite o desenvolvimento de atividades, em diferentes áreas, como sejam:

- Educação e juventude;
- Desporto e tempos livres;
- Feiras e eventos;
- Cultura e património;
- Ambiente e espaços verdes.

Em regra, o programa é dirigido a todos os jovens residentes no Concelho de Borba, cujas idades estejam compreendidas entre os 15 e os 25 anos, preferencialmente integrados no sistema de ensino ou no sistema de formação profissional. Durante o período de atividade os jovens têm direito a seguro de acidentes pessoais, da responsabilidade da Autarquia e uma bolsa horária por cada hora realizada em regime ocupacional que deverá ser paga na totalidade e após completo o período de integração na vaga.

Assim, a ocupação dos tempos de lazer dos jovens do Concelho de Borba no programa Juventude em Movimento, não só promove a ocupação das férias dos jovens, como se afigura como uma ajuda ao desenvolvimento de um espírito de cidadania, potenciando a sua capacidade de participação social e cívica na comunidade.

No ano de 2022, o Município assumiu em orçamento inscrever para o programa o montante de 2.000 EUR, sendo que no decorrer do programa se executou um montante ligeiramente inferior (1.763 EUR), conforme mapa seguinte.

Mapa 21 - Programa Juventude em Movimento - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Juventude em Movimento	2018	A	17	2 000 €	2 000 €	1 763 €	88%

3.2.3.2.3. VALORIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE RECREIO E DE LAZER

Independentemente do elevado custo que o Município suporta com o funcionamento de alguns equipamentos de recreio e de lazer, como é o caso das piscinas municipais (essencialmente as cobertas), continuou a Câmara Municipal a investir no funcionamento dos mesmos, de modo a proporcionar condições de lazer e bem-estar à população, procurando, todavia, encontrar alternativas viáveis para os consumos mais elevados, através de medidas que gerem melhores eficiências energéticas.

Por outro lado, ao longo dos últimos anos, o Município procedeu a um investimento significativo, ao nível de equipamentos de recreio e lazer, essencialmente pela necessidade de remodelação completa dos parques infantis do Concelho, pelo que importa dar continuidade aos investimentos realizados, pese embora de forma faseada, continuando a proceder à valorização deste tipo de equipamentos.

A execução das “Iniciativas Desportivas, de Recreio e Lazer” assumiram uma execução bastante superior à prevista no orçamento inicial, atendendo à realização de atividades durante o ano desta natureza.

No que respeita aos “Apoios a atividades desportivas, culturais, de recreio e lazer”, verifica-se um reforço considerável da verba inscrita em orçamento inicial, uma vez que foram aprovados, pela Câmara Municipal, ao longo de 2022, Protocolos de Colaboração com a Casa da Cultura da Orada para apoio a atividades culturais, educativas e sociais (+/- 5.000 EUR), com a Fábrica da Igreja Paroquial de Nossa Senhora das Neves do Sobral para apoio à realização de trabalhos de conservação na Igreja de São Bartolomeu (+/- 5.000 EUR) e com Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de Rio de Moinhos para trabalhos de recuperação da Ermida de São Gregório e da Ermida de Nossa Senhora da Vitória (7.500 EUR), estes últimos ainda não pagos, visto não ter sido entregue documentação comprovativa da sua exigência.

A execução das “Piscinas Descobertas” apresenta igualmente um incremento considerável face ao montante inscrito em sede de orçamento inicial, uma vez que se optou por incluir no plano as respetivas despesas com o pessoal contrato para o funcionamento das mesmas, de modo a melhor espelhar os custos efetivos ocorridos no equipamento.

Desta forma, o investimento na “Valorização de Equipamentos de Recreio e Lazer”, no ano de 2022, assumiu, no orçamento inicial, um montante de 125.660 EUR, sendo que, durante o ano, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas permitiram a execução de despesa no montante de cerca de 160.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 22 - Valorização de Equipamentos de Recreio e de Lazer - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Valorização de Equipamentos de Recreio e Lazer	2018	I	30	10 000 €	10 000 €	9 062 €	91%
Iniciativas Desportivas, de Recreio e Lazer	2018	A	25	5 000 €	11 716 €	11 056 €	94%
Apoio atividades desport., culturais, recreio e lazer	2021	I	16	500 €	17 500 €	9 860 €	56%
Piscinas Cobertas	2018	A	27	97 000 €	105 956 €	97 530 €	92%
Piscinas Descobertas	2018	A	28	6 500 €	29 150 €	28 651 €	98%
Cont. subconcessão - Estação Ferroviária Borba	2022	I	19	6 660 €	11 410 €	3 761 €	33%
Total				125 660 €	185 732 €	159 919 €	86%

3.2.3.3. VALORIZAÇÃO DE POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL

3.2.3.3.1. PLANO DE AÇÃO INTEGRADO PARA AS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS

O PAICD³⁰ de Borba foi alvo de candidatura ao POR³¹ Alentejo, com o objetivo de realizar investimentos, de forma integrada, de acordo com as carências mais sentidas pela comunidade mais desfavorecida.

A aprovação deste plano permitiu ao Município garantir cofinanciamento FEDER em 85% para a reabilitação de um imóvel devoluto, propriedade do Município, em Casa Social (Casa de Acolhimento Temporário), de forma a responder a uma necessidade emergente com que o Município se depara frequentemente, e para a qual não tem, atualmente, resposta social adequada. Esta Casa de Acolhimento Temporário foi pensada para atuar numa fração populacional específica com problemáticas sociais adjacentes e situações críticas que necessitam de intervenção urgente. A instalação deste equipamento de utilização coletiva, servirá de apoio às famílias com necessidades de realojamento por períodos não superiores a 4 meses.

Uma das particularidades desta edificação é a sua localização geográfica, situada no centro da cidade, próxima de superfícies comerciais, bancárias, de restauração, da Câmara Municipal e do Posto Territorial da GNR de Borba. Esta proximidade, potencia o trabalho de inclusão e desenvolvimento social com estas famílias a ser desenvolvido pelo Serviço de Ação Social do Município de Borba, e permite a intervenção imediata e concertada em situações urgentes.

A construção deste equipamento foi concluída em 2022, sob a forma de empreitada, adjudicada pelo montante de cerca de 105.000 EUR, tendo-se verificado, em obra, a necessidade de efetuar alterações ao projeto, que ascenderam a cerca de 30 000 EUR. No ano de 2023 serão apenas faturadas as revisões de preços decorrentes dos contratos de empreitada, nos termos previstos no CCP, sendo os mesmos também assumidos como despesas elegíveis para efeitos de cofinanciamento.

Por outro lado, em 2021 submeteu-se uma nova candidatura, com dotação aprovada no PAICD de Borba, destinada a garantir a reabilitação das 16 habitações sociais, propriedade do Município, do Loteamento do Chalé, de modo a proceder a melhorias nas mesmas, com vista resolver problemas com que as mesmas se deparam fruto do envelhecimento deste parque habitacional, procurando assim garantir melhores condições de vida às famílias que residem nas mesmas. A execução deste investimento não foi possível ser desenvolvida dentro do período previsto, atenta a falta de interessados na apresentação de propostas e a evolução abrupta dos preços de mercado na construção civil, o que levou a Autoridade de Gestão a deliberar revogar a anterior decisão de cofinanciamento.

Desta forma, o “PAICD de Borba” apresentou durante o ano de 2022 uma execução ligeiramente superior a 71.000 EUR dos mais de 235.000 EUR previstos em sede de orçamento inicial, conforme mapa seguinte.

Mapa 23 - PAICD de Borba - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Casa Social de Borba - Acolhimento Temporário	2018	I	11	87 261 €	87 261 €	69 891 €	80%
Reabilitação Habitação Social Loteamento do Chalé	2021	I	4	148 400 €	148 400 €	1 240 €	1%
Total				235 661 €	235 661 €	71 131 €	30%

³⁰ Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas.

³¹ Programa Operacional Regional - ALENTEJO 2020.

3.2.3.3.2. PROJETOS DE INCLUSÃO SOCIAL

O Emprego Apoiado consiste na atividade profissional, desenvolvida por pessoas com deficiência e incapacidade e capacidade de trabalho reduzida, em postos de trabalho em regime de contrato de emprego apoiado, integrados na organização produtiva ou de prestação de serviços dos empregadores, sob condições especiais, designadamente sob a forma de enclaves.

O Contrato de Emprego apoiado em mercado aberto constitui uma modalidade de apoio da medida Emprego Apoiado do Programa de Emprego e Apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidade. O Contrato Emprego-Inserção consiste na realização de trabalho socialmente necessário, por parte de desempregados beneficiários de desemprego ou de subsídio social de desemprego.

O Município, no âmbito das suas responsabilidades de inclusão social, deu continuidade e manteve, no ano de 2022, um conjunto de candidaturas, junto do IEFP³², com quem mantém estreita colaboração, para realização de contratos de emprego apoiado (CEI³³, CEI+³⁴ e Emprego Apoiado em Mercado Aberto³⁵).

Acresce ainda que em novembro de 2021 os órgãos municipais aceitaram exercer as competências previstas no Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto, no que respeita à transferência de competências em matéria de Ação Social, pelo que no ano de 2022 o Município assumiu “Competências descentralizadas da Ação Social”, de acordo com o previsto no despacho 98/17-A/2021, de 8 de outubro.

Importa ainda referir que durante o ano se deu execução à candidatura aprovada pelo POISE³⁶ para desenvolvimento de um projeto de “Mediadores Municipais e Interculturais”, cujo principal objetivo é promover a igualdade de oportunidades e a coesão social, tendo subjacente o combate à discriminação e à promoção do emprego e da capacitação da comunidade cigana.

Desta forma, o investimento em “Projetos de Inclusão Social”, no ano de 2022, assumiu, no orçamento inicial, um montante próximo dos de 515.000 EUR, sendo que as disponibilidades existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de cerca de 345.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 24 - Projetos de Inclusão Social - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Programa Emprego Apoiado	2018	A	16	234 550 €	345 526 €	345 163 €	100%
Contratos Emprego-Inserção	2018	A	15	102 600 €	85 669 €	85 379 €	100%
Competências descentralizadas da Ação Social	2022	A	1	74 000 €	72 738 €	56 333 €	77%
Mediadores Municipais e Interculturais	2021	A	6	103 800 €	83 800 €	58 087 €	69%
Total				514 950 €	587 733 €	544 962 €	93%

32 Instituto de Emprego e Formação Profissional.

33 Contrato Emprego Inserção: Medida de emprego que visa, através da realização de atividades que satisfaçam necessidades sociais ou coletivas temporárias, a nível local ou regional, apoiar a (re)inserção profissional de desempregados subsidiados ou beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

34 Contrato Emprego Inserção+: Medida de emprego que visa, através da realização de atividades que satisfaçam necessidades sociais ou coletivas temporárias, a nível local ou regional, apoiar a (re)inserção profissional de desempregados subsidiados ou beneficiários do Rendimento Social de Inserção.

35 Atividade profissional desenvolvida por pessoas com deficiência e incapacidade e capacidade de trabalho reduzida, em postos de trabalho em regime de emprego apoiado, integrados, sob condições especiais.

³⁶ Programa Operacional Inclusão Social e Emprego.

3.2.4. LED 4: “PLANEAMENTO, ECOLOGIA E AMBIENTE”

Um Concelho desenvolvido tem como base das decisões, a sustentabilidade económica, social e ambiental. As competências das autarquias estão diretamente ligadas a questões de planeamento e de ordenamento do território (plano diretor municipal, planos de pormenor, planos de urbanização, etc.), bem como questões ambientais de enorme importância, de onde se pode destacar, o abastecimento de água, o saneamento, a recolha de resíduos urbanos, o tratamento dos espaços verdes e o ordenamento do território.

Todas estas competências têm uma forte interação com a vida dos seus munícipes, quer através dos custos inerentes aos serviços prestados pelo Município, quer através da adoção de políticas sustentáveis que terão impacto nas gerações vindouras.

Esta linha estratégica de desenvolvimento apresenta três dimensões, nomeadamente:

2.2.4.1 Criação de instrumentos de planeamento e de ordenamento do território

2.2.4.2 Articulação de ações e medidas com as concessionárias;

2.2.4.3 Implementação de boas práticas.

Para demonstração da execução desta linha estratégica de desenvolvimento foram desenvolvidos um conjunto de projetos e ações, de acordo com a sua dimensão estratégica, dos quais podemos destacar:

3.2.4.1. CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

3.2.4.1.1. PLANOS MUNICIPAIS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

O PDM³⁷ é um instrumento legal fundamental na gestão do território municipal, já que define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial, sendo o instrumento de referência para a elaboração dos planos municipais, afigurando-se como um instrumento de planeamento e ordenamento territorial de natureza regulamentar, que vincula a administração e os particulares e cuja elaboração é obrigatória e da responsabilidade municipal, encontrando-se este em revisão, com execução de cerca de 20.000 EUR.

No que respeita aos planos de pormenor, encontra-se em produção a cartografia para desenvolvimento do Plano de Pormenor da UNOR 2, com execução em 2022, superior a 28.000 EUR.

Em 2022 previa-se ainda dar início a outros projetos nesta área (constantes no mapa), mas que por opções de gestão foram recalendarizados para anos seguintes, pelo que, os “Planos Municipais de Ordenamento do Território” apresentaram a execução financeira constante no mapa seguinte.

Mapa 25 - Planos Municipais de Ordenamento do Território - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Plano Diretor Municipal	2018	I	12	71 955 €	19 955 €	19 926 €	100%
Operação de Reabilitação Urbana (ORU)	2019	I	12	10 000 €	500 €		
Planos de Pormenor	2018	I	13	25 140 €	42 890 €	28 117 €	66%
Estudo Geológico PP UNOR 2	2022	I	3	10 000 €	500 €		
Plano Escoamento/Aproveit. Águas pluviais Borba	2022	I	4	10 000 €	500 €		
Gabinete SIG	2022	I	1	10 000 €	600 €		
Total				137 095 €	64 945 €	48 043 €	74%

³⁷ Plano Diretor Municipal.

3.2.4.1.2. PLANO ESTRATÉGICO DE HABITAÇÃO LOCAL

O plano estratégico de habitação local é um instrumento que define a estratégia de intervenção em matéria de política de habitação local.

O plano deve ter por base um diagnóstico das carências existentes relativamente ao acesso à habitação, dos recursos e das dinâmicas de transformação das áreas a que se referem, de forma a definir as metas e os objetivos a atingir no período da sua vigência, especificar as soluções habitacionais a desenvolver e a sua priorização.

Deve ainda articular os objetivos e as ações a desenvolver em matéria de política de habitação com as outras políticas setoriais, nomeadamente, as políticas urbanas, sociais, de emprego, educação, saúde, transportes, entre outras. Devendo assim fornecer um enquadramento estratégico e um modelo de intervenção, para a atuação em matéria de habitação, transparente, simples, pragmático e mensurável, que oriente e articule as políticas públicas de habitação e a atuação das entidades no território.

No âmbito da nova geração de políticas de habitação, as estratégias locais de habitação são valorizadas como forma de promover, não só a adequação dos instrumentos de política nacionais às especificidades locais e a adoção de uma abordagem integrada e estratégica na sua implementação, como de garantir que as soluções habitacionais a desenvolver com apoio público são conducentes à integração socio territorial das comunidades menos favorecidas.

Com efeito, esta adequação e abordagem integrada é considerada particularmente crítica no caso dos instrumentos de apoio ao acesso à habitação por parte das famílias que vivem em situação de grave carência habitacional e que frequentemente enfrentam outros obstáculos mais profundos à sua inclusão e autonomia, como sejam a pobreza, o desemprego, a discriminação, a falta de qualificações, entre outros.

Por esta razão, a apresentação prévia, por parte do Município, da estratégia local de habitação é obrigatória, no caso dos apoios a conceder ao abrigo do 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, que visa a promoção de soluções habitacionais para pessoas que vivem em condições habitacionais indignas e que não dispõem de capacidade financeira para suportar o custo do acesso a uma habitação adequada.

Em 2021, foi iniciado o Plano Estratégico de Habitação Local do Município de Borba, tendo o mesmo sido concluído no ano de 2022, conforme previsto em orçamento. Concluído e aprovado o plano, celebrado o acordo para a sua implementação, compete agora ao Município ser célere na implementação, procedendo à aquisição dos terrenos, desenvolvendo os projetos para realização das empreitadas e adjudicando a construção das habitações, de forma a que o plano possa ser efetivamente eficaz para o território.

No que respeita em particular ao “Plano Estratégico de Habitação Local” o mesmo, no ano de 2022, apresenta a execução financeira constante no mapa seguinte.

Mapa 26 - Plano Estratégico de Habitação Local - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Plano Estratégico de Habitação Local	2019	I	13	7 626 €	7 626 €	7 626 €	100%
Habitação Social	2022	I	2	1 000 €	50 €		
Total				8 626 €	7 676 €	7 626 €	99%

3.2.4.1.3. PLANO DE AÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA DE BORBA (PARU)

Para que a reabilitação urbana se constitua como um meio eficaz nos objetivos globais defendidos, considera-se que os objetivos devem ser determinantes, mas transversais na problematização urbanística, social, económica, histórica, etc. O desenvolvimento do PARU Borba, iniciado em 2015, teve como objetivos impulsionar a reabilitação urbana, marcar novas centralidades no centro urbano, valorizar a coesão territorial, procurar a sustentabilidade e a inclusão social e valorizar a participação pública.

A prossecução de tais objetivos pretende-se efetuar, através da seleção de intervenções em edificado público ou privado, e no espaço urbano, escolhidas para que a atividade funcione como um gatilho que despoleta, tanto a dinamização de atividades já existentes, como o surgimento de novas atividades e permitindo a apresentação de candidatura, por parte do Município e dos parceiros que se queiram associar aos mecanismos de financiamento deste tipo de intervenções.

No início de 2022 encontrava-se garantido cofinanciamento FEDER de 85% do investimento elegível, pelo POR Alentejo 2020, a 5 candidaturas para execução de projetos, nomeadamente:

- Reabilitação do Celeiro da Cultura (+/- 300.000 EUR), com obras concluídas em 2022 e atualmente em fase de reprogramação, com vista a garantir o aumento da dotação elegível para aquisição de mobiliário, sinalética, equipamento expositivo e de ar condicionado;
- Reabilitação do Adarve da Muralha do Castelo de Borba e Criação do Centro de Artes e Ofícios (+/- 150.000 EUR), com obras concluídas em 2021 e atualmente em sede de encerramento de operação;
- Centro de Interpretação da Guerra da Restauração (+/- 223.000 EUR), a criar no edifício em frente ao Celeiro da Cultura, com empreitada iniciada em 2022 e prevista concluir em 2023;
- Museu do Brinquedo (+/-117.250 EUR), previsto criar em parte do Palacete Alvarez, mas que apesar de abertos 2 procedimentos de contratação pública por parte do Município culminaram desertos de propostas, pelo que foi revogado o contrato de cofinanciamento pela Autoridade de Gestão;
- Museu de Borba e Enoteca (+/- 441.000 EUR), a criar no edifício onde funcionava o Centro Cultural de Borba, com empreitada adjudicada³⁸no final de 2022 e ainda por iniciar, o que deve ser assumido como bastante preocupante atendendo ao facto de o atual quadro comunitário terminar a 31/12/2023.

Desta forma, o investimento no “PARU de Borba”, em 2022, assumiu no orçamento inicial, cerca de 800.000 EUR, tendo ao longo do ano sido executado menos de 150.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 27 - Plano de Ação de Reabilitação Urbana de Borba - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
PARU Borba - Reabilitação do Celeiro da Cultura	2018	I	24	14 277 €	87 377 €	85 459 €	98%
PARU Borba - Reabilitação do Adarve da Muralha do Castelo de Borba e Centro de Artes e Ofícios	2018	I	25	6 157 €	6 157 €		
PARU Borba - Museu de Borba	2021	I	11	281 676 €	441 000 €	156 €	
PARU Borba - Museu do Brinquedo	2021	I	12	104 911 €	34 000 €		
PARU Borba - Centro Interp. Guerra Restauração	2021	I	13	207 255 €	207 255 €	60 026 €	
PARU Borba - Outros projetos	2018	I	27	184 329 €	95 916 €		
Total				798 605 €	871 705 €	145 641 €	17%

³⁸ Após ter sido antes aberto um outro procedimento, no mesmo ano, pelo Município, que culminou deserto de propostas.

3.2.4.2. ARTICULAÇÃO DE AÇÕES E MEDIDAS COM AS CONCESSIONÁRIAS

3.2.4.2.1. ARTICULAÇÃO DE AÇÕES E MEDIDAS EM PARCERIA COM AS CONCESSIONÁRIAS

O Município ao longo dos últimos anos tem vindo a desenvolver ações e medidas, em parceria com as concessionárias do serviço de abastecimento de água e saneamento (AVT³⁹) e do serviço de gestão e tratamento de Resíduos Urbanos (Gesamb, EIM).

A articulação de ações e medidas em parceria pretende permitir reduzir os custos associados aos serviços, de forma a melhorar a eficiência dos serviços, diminuindo as perdas no abastecimento de água e a pegada ambiental do Município.

Nesse sentido, com a AVT foi implementado o *Wone*, um sistema tecnológico desenvolvido pela EPAL para gerir com mais eficiência os fluxos de água e minimização de perdas, ao passo que com a Gesamb, o Município desenvolveu, em parceria, um projeto, com vista ao aumento da eficiência da recolha seletiva e triagem dos resíduos.

Independentemente de se dever continuar a articular ações e medidas, em parceria, com as concessionárias, o custo destes serviços (principalmente do abastecimento de água e saneamento) mantém-se bastante elevado.

Desta forma, o investimento na “Articulação de ações e medidas em parceria com as concessionárias”, no ano de 2022, assumiu, no orçamento inicial, um montante ligeiramente superior a 1 milhão de euros.

Por outro lado, durante o ano, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de cerca de 900.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 28 - Articulação de Ações e Medidas em parceria com as Concessionárias - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Sistema Intermunicipal Abastecimento de Água	2018	A	20	575 600 €	549 716 €	491 224 €	89%
Sistema Intermunicipal de Saneamento	2018	A	19	254 000 €	226 655 €	208 409 €	92%
Gestão de Resíduos Urbanos	2018	A	22	220 000 €	206 000 €	198 951 €	97%
Total				1 049 600 €	982 371 €	898 584 €	91%

³⁹ Sociedade de Águas do Vale do Tejo, SA.

3.2.4.3. IMPLEMENTAÇÃO DE BOAS PRÁTICAS

3.2.4.3.1. REMODELAÇÃO DE REDES (AA/AR) E REQUALIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS (RU)

As redes de abastecimento de água (AA) e de saneamento de águas residuais (AR), em baixa, encontram-se bastante deterioradas, em grande parte do Concelho.

Esta situação apresenta-se particularmente preocupante, uma vez que o Município é fornecido, em alta, pela sociedade Águas do Vale do Tejo e as perdas verificam-se, essencialmente, nas redes que são competência do Município.

Assim, torna-se necessário proceder a um conjunto de investimentos nestas redes, de forma a diminuir as perdas existentes, reduzindo os custos associados ao serviço de abastecimento e saneamento em alta.

Para o efeito foram efetuadas algumas intervenções nas redes que apresentavam maior urgência de intervenção, de forma a permitir planear, faseadamente investimentos futuros nas restantes.

Em simultâneo, tornou-se também necessário proceder à aquisição e requalificação de contentores de RU, de contadores de água e na inovação e implementação de novos sistemas na recolha seletiva, de forma a manter um padrão de qualidade adequado nos serviços prestados aos munícipes.

Ao longo do ano deu-se continuidade à estratégia de funcionamento da equipa municipal de limpeza, dotando-a dos equipamentos adequados para o efeito, de modo a melhor responder às necessidades de limpeza e manutenção dos espaços públicos no Concelho.

Por outro lado, o Município de Borba elaborou uma candidatura ao Fundo Ambiental, denominada “BioBairros - da terra à terra”, com o objetivo de promover uma reciclagem mais efetiva, reforçando a redução de deposição dos resíduos em aterro, no entanto a mesma apenas foi aprovada para início no ano de 2023, pelo que em 2022 não apresentou qualquer execução.

No ano de 2022, os investimentos mais robustos nestas áreas foram efetuados na Freguesia de Rio de Moinhos, nomeadamente com a “Reabilitação da ETAR da Ribeira”, investimento já concluído, em montante superior a 75.000 EUR e com a valorização na “Rede de drenagem de águas residuais domésticas na Rua da Restauração, no Barro Branco”, em montante superior a 73.000 EUR, com investimento atualmente em fase final de conclusão.

Efetivamente ainda existem bastantes investimentos a que o Município tem que fazer face nestas áreas, no entanto os mesmos apresentam-se bastante elevados e não foi possível, até ao momento encontrar fontes de financiamento para os mesmos no atual quadro comunitário de apoio.

No entanto, é expectável que o Portugal 2030 venha a acolher a possibilidade de apoiar este tipo de investimentos, nomeadamente no âmbito dos Pactos, em que as CIMs se assumem como entidades intermédias, pelo que o mesmo se poderá afigurar como de grande interesse para o Município.

Assim, o investimento na “Remodelação de redes (AA/AR) e requalificação de equipamentos (RU)”, no ano de 2021, assumiu no orçamento inicial um montante próximo dos 250.000 EUR, sendo que, durante o ano, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram apenas a execução de cerca de 70.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 29 - Remodelação das Redes (AA/AR) e Requalificação de Equipamentos (RU) - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Remodelação da rede de águas residuais	2018	I	16	10 000 €	11 500 €	11 011 €	96%
Substituição das caixas de ramal de saneamento	2019	I	3	5 000 €	1 000 €		
Controlo Perdas Águas	2019	I	5	10 000 €	400 €		
Remodelação rede águas pluviais Quinta da Prata	2018	I	17				
Valorização do Reservatório de Orada	2021	I	7	5 000 €	500 €		
Valorização da Rua de S. Bartolomeu	2018	I	41				
Equipamento p/limpeza e desobstrução de esgotos	2021	I	6				
Reabilitação da ETAR da Ribeira	2021	I	5	70 000 €	75 300 €	75 033 €	100%
Remodelação da rede abastecimento de água	2018	I	18	20 000 €	32 600 €	31 681 €	97%
Remodelação condutas de água de Rio de Moinhos	2018	I	22	5 000 €	3 300 €	3 196 €	97%
Remodelação das condutas de água da Orada	2018	I	23	20 000 €	3 685 €	2 438 €	66%
Execução de rede de esgotos - Talisca	2020	I	6	20 000 €	36 800 €		
Aquisição e requalificação de contentores e outros equipamentos de RSU	2018	I	20	10 000 €	10 600 €	10 565 €	100%
Limpeza Pública	2018	A	21	10 000 €	15 000 €	14 094 €	94%
Contadores de água	2018	I	19	7 500 €	2 500 €	2 143 €	86%
Protocolo POSEUR	2019	I	6	1 077 €	1 077 €		
Rede de drenagem de águas residuais - Rua 13 de janeiro - Borba	2022	I	5	8 000 €	500 €		
Rede de drenagem de águas residuais - Rua Silveira Menezes - Borba	2022	I	6	5 000 €	500 €		
Rede de drenagem de águas residuais - Rua Nunes Silva e Viscondes Gião - Borba	2022	I	7	4 000 €	500 €		
Rede de drenagem de águas residuais domésticas - Rua da Restauração - Barro Branco	2022	I	8	3 500 €	80 300 €	73 096 €	91%
Rede de drenagem de águas pluviais - Rua da Restauração - Barro Branco	2022	I	9	3 500 €	500 €		
Alargamento da rede de drenagem de águas residuais e domésticas no Monte do Peixe - Barro Branco	2022	I	10	5 000 €	500 €		
Alargamento da rede de drenagem de águas pluviais no Monte do Peixe - Barro Branco	2022	I	11	5 000 €	500 €		
Plano de escoamento/aproveitamento de águas pluviais de Borba	2022	I	12				
Rede de distribuição água - Rua 13 de janeiro - Borba	2022	I	13	4 000 €	500 €		
Rede de distribuição água - Rua Silveira Menezes - Borba	2022	I	14	3 000 €	500 €		
Rede de distribuição água - Rua Nunes Silva e Viscondes Gião - Borba	2022	I	15	3 000 €	500 €		
Alargamento da rede de abastecimento ao Monte do Peixe - Barro Branco	2022	I	16	4 000 €	500 €		
Aquisição de viaturas para recolha e gestão de resíduos urbanos	2022	I	17	1 000 €	1 000 €		
Biobairros - da terra à terra	2021	I	14	24 600 €	24 600 €		
Biobairros - da terra a terra	2021	A	8	14 400 €	9 400 €		
Total				281 577 €	314 562 €	223 256 €	71%

3.2.4.3.2. PROGRAMA SAPADORES FLORESTAIS

O Município dispõe de uma equipa⁴⁰ de sapadores florestais. Os sapadores florestais são trabalhadores especializados, com perfil e formação específica adequada ao exercício das funções de prevenção dos incêndios florestais, através de ações de silvicultura preventiva, nomeadamente da roça de matos e limpeza de povoamentos, da realização de fogos controlados, da manutenção e beneficiação da rede divisional, linhas quebra-fogo e outras infraestruturas.

Estes profissionais exercem ainda funções de vigilância das áreas a que se encontram adstritos; apoio ao combate aos incêndios florestais e às subsequentes operações de rescaldo; sensibilização do público para as normas de conduta em matéria de ações de prevenção, do uso do fogo e da limpeza das florestas, nomeadamente através da sua demonstração.

O funcionamento da equipa de Sapadores Florestais foi apoiado em 2022, por meio de candidatura submetida e aprovada pelo Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, até ao montante máximo de 45.000 EUR.

Desta forma, o investimento no “Programa Sapadores Florestais”, no ano de 2022, assumiu, no orçamento inicial, o montante de 76.100 EUR.

Durante o ano de 2022, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de cerca de 74.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 30 - Programa Sapadores Florestais - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Sapadores Florestais	2018	A	29	76 000 €	79 666 €	73 892 €	93%
Sapadores Florestais	2018	I	33	100 €	500 €		
Total				76 100 €	80 166 €	73 892 €	92%

⁴⁰ Equipa SP-03-183, aprovada pelo ICNF.

3.2.4.3.3. PARQUE DE MÁQUINAS E VIATURAS E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS

O Parque de Máquinas e Viaturas do Município apresentava enormes fragilidades, uma vez que as máquinas e viaturas, na sua maioria, apresentavam um elevado número de anos de serviço, com desgaste relevante, necessitando, com muita frequência, de reparações bastante dispendiosas.

Assim, nos últimos anos, a Câmara Municipal tem procedido, faseadamente, à aquisição de máquinas e viaturas, para efeitos de substituição, com a finalidade de modernizar a sua frota municipal, para poder dar resposta às funções que os serviços têm que desempenhar.

Por esse motivo, o Município apresentou ao Fundo Ambiental, duas candidaturas, no âmbito do Programa de Apoio à Mobilidade Elétrica na Administração Pública, para dotar os serviços de equipamentos adequados ao cumprimento das suas obrigações, com maior respeito pelo meio ambiente, para aquisição, em regime de locação financeira, de um quadriciclo elétrico e respetivo carregador semirrápido e uma viatura elétrica ligeira de passageiros e respetivo carregador semirrápido.

As referidas candidaturas foram aprovadas pelo Fundo Ambiental, mas o processo de aquisição apenas finalizou no final de 2021, pelo que só se iniciou a execução financeira em meados de 2022, após a concessão de visto aos contratos de locação financeira, por parte do Tribunal de Contas.

Desta forma, o investimento no “Parque de Máquinas e Viaturas e funcionamento dos serviços”, no ano de 2022, assumiu, no orçamento inicial, o montante próximo dos 812.000 EUR.

Durante o ano de 2022, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram a execução de um montante próximo dos 809.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 31 - Parque de Máquinas e Viaturas e Funcionamento dos Serviços - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Máquinas, viaturas e equipamentos	2018	I	4	114 386 €	140 186 €	135 681 €	97%
Fundo Ambiental - Quadriciclo Elétrico	2020	I	1	15 220 €	15 220 €	6 830 €	45%
Fundo Ambiental - Quadriciclo Elétrico	2022	A	2	1 050 €	150 €	99 €	66%
Fundo Ambiental - Veículo Ligeiro Elétrico	2020	I	2	13 720 €	13 720 €	6 322 €	46%
Fundo Ambiental - Veículo Ligeiro Elétrico	2022	A	3	950 €	150 €	82 €	55%
Funcionamento máquinas, viaturas e equipamentos	2018	A	5	288 540 €	248 719 €	245 538 €	99%
Funcionamento Serv. Gerais e manut. instalações	2018	A	6	377 300 €	432 452 €	414 401 €	96%
Total				811 166 €	850 597 €	808 953 €	95%

3.2.4.3.4. INFRAESTRUTURAS, ILUMINAÇÃO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O Município continuou a apostar na elaboração de candidaturas, com vista à implementação de medidas de eficiência energética, de forma a reduzir a sua pegada ambiental e os custos associados aos serviços de energia, dando continuidade, também, ao investimento em infraestruturas para a distribuição de iluminação pública, de modo a lograr, faseadamente, modernizar a iluminação pública no Concelho, procurando diminuir o elevado custo que suporta com a mesma.

Tal facto, levou o Município, no ano de 2018, a assumir o compromisso, com a CIMAC e os restantes municípios do Alentejo Central, de aderir a um contrato de eficiência energético, que lhe permitiria, reduzir os custos associados à rede de iluminação pública.

No âmbito do próximo quadro comunitário de o Município ponderar a inclusão de um conjunto de candidaturas destinado à implementação de medidas de eficiência energética, com vista, não só a alcançar uma melhoria substancial na redução dos custos, mas também a assumir a sua parte enquanto agente de mudança na redução da pegada ambiental e na contribuição para os objetivos do desenvolvimento sustentável assumidos pelos Estados Membros da Comunidade Europeia.

Desta forma, o investimento em “Infraestruturas, iluminação pública e eficiência energética”, no ano de 2022, assumiu, no orçamento inicial, um montante ligeiramente superior a 160.000 EUR.

Por outro lado, durante o ano de 2022, as disponibilidades orçamentais e financeiras existentes e as opções tomadas, permitiram uma execução ligeiramente superior a 171.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 32 - Infraestruturas, Iluminação e Eficiência Energética - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Medidas de Eficiência Energética	2018	I	31	1 000 €	200 €		
Infraestruturas p/distribuição de iluminação pública	2018	I	36	5 000 €	5 000 €	3 113 €	62%
Loteamento Urbano em Rio de Moinhos	2019	I	10	5 000 €	2 000 €	966 €	48%
Rede de Iluminação Pública	2018	A	30	50 000 €	60 800 €	60 700 €	100%
Eficiência Energética - CIMAC	2020	A	2	52 800 €	59 450 €	59 327 €	100%
Contrato de Gestão de Eficiência Energética	2018	I	63	46 483 €	46 483 €	46 482 €	100%
Total				160 283 €	173 933 €	170 589 €	98%

3.2.4.3.5. CENTRO DE RECOLHA OFICIAL DE ANIMAIS DE COMPANHIA

O Município submeteu, em 2021, uma candidatura ao ICNF⁴¹ para construção de um CRO⁴², de modo a dar cumprimento às políticas de respeito pelo bem-estar animal.

A candidatura em apreço assumiu o montante próximo dos 220.000 EUR e foi aprovada pelo ICNF no final de 2021.

No orçamento inicial de 2022, foram inscritas verbas para fazer face ao investimento previsto, no entanto não foi possível proceder à adjudicação da empreitada pelos valores previstos.

Assim, no ano de 2022, foi necessário solicitar ao ICNF autorização para reprogramar a execução da candidatura, de acordo com novos valores de referência de mercado e novo calendário previsional de trabalhos.

A referida empreitada foi adjudicada por concurso público no início de 2023, pelo que em 2022 não apresentou qualquer execução.

A construção do CRO irá implicar a assunção, pelo Município, de uma política responsável, de modo a promover a captura e tratamento de animais errantes, executando ações com vista a reduzir o abandono, fomentando a adoção responsável.

Será também de grande importância a disponibilização de informação atempada e útil sobre os animais em condições de serem adotados, permitindo a visita dos mesmos, com vista a que sejam atingidas altas taxas de adoção.

Para o efeito, será necessário dar continuidade ao serviço de medicina veterinária, cada vez mais atento às necessidades do Concelho, com a aplicação de vacinação e a resolução de situações emergentes e gestão técnica do CRO.

Desta forma, o investimento no “Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia”, no ano de 2022, assumiu, no orçamento inicial, um montante superior a 220.000 EUR, pese embora durante o ano, pelos motivos antes referidos apenas tenha sido possível executar cerca de 4.000 EUR, conforme mapa seguinte.

Mapa 33 - Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Centro Recolha Oficial de Animais de Companhia	2020	I	7	219 170 €	219 170 €	162 €	81%
Serviços de veterinária	2021	A	2	1 450 €	4 600 €	3 749 €	
Total				220 620 €	223 770 €	3 910 €	2%

⁴¹ Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas.

⁴² Centro de Recolha Oficial de animais de companhia.

3.2.4.3.6. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Para plena execução do orçamento, o Município teve que fazer face a despesa com ativos e passivos financeiros, entendendo-se que o mesmo se trata de uma boa prática, quando para resposta às elevadas competências do Município se procura garantir a sua sustentabilidade atual e futura.

No que respeita aos passivos financeiros, foi inscrito, em sede de orçamento inicial, um montante para fazer face ao serviço da dívida dos empréstimos de médio e longo prazo contratados, quer ao nível da sua amortização anual, quer ao nível dos encargos com juros, tendo a execução dos mesmos ocorrido de acordo com o serviço da dívida previsto nos respetivos empréstimos de médio e longo prazos.

Desta forma, o investimento em “Ativos e passivos financeiros”, no ano de 2022, assumiu, no orçamento inicial, um montante na ordem dos 473.000 EUR, sendo que, durante o ano, as opções tomadas, permitiram uma execução ligeiramente superior a 471.000 EUR, através do cumprimento pleno dos contratos em vigor, conforme mapa seguinte.

Mapa 34 - Ativos e Passivos Financeiros - 2022

Projeto				Orçamento 2022			Taxa de Execução
Descrição	Ano	T	N.º	Inicial	Corrigido	Executado	
Amortização de Empréstimos	2018	I	7	389 557 €	389 557 €	389 556 €	100%
Encargos com juros	2018	A	36	83 500 €	82 710 €	82 160 €	99%
Total				473 057 €	472 267 €	471 716 €	100%